

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



O poder da Faria Lima é real, e se reflete na economia

Essa entidade a que chamam de mercado

Goste-se ou não, perca-se ou se ganhe dinheiro com isso, há um dado de realidade: o tal “mercado financeiro” existe e exerce influência de fato na vida de todos os brasileiros. Foi de uma das cento e poucas instituições que atuam especialmente na Avenida Faria Lima, em São Paulo, que saiu o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto. Mas foi também

dali que saiu seu sucessor e atual presidente, Gabriel Galípolo. E é de lá também que sai o próximo diretor de Política Monetária, que substitui exatamente Galípolo, Nilton Davi. É, portanto, essa turma oriunda do mercado os nomes principais que definem as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), como a famigerada taxa de juros. Não é só um fantasma.

Certo?

Para muitos, a última reação quanto ao pacote de ajuste fiscal e de corte de gastos, foi desproporcional. E, desproporcional, ela acaba gerando consequências que só agravam a situação. Ou seja, quando é pessimista, o “mercado” acaba gerando condições para depois acertar.

Bola de neve

A reação ruim faz subir o dólar, faz cair as bolsas de valores. Ou seja, compromete a economia. Dólar alto pressiona os preços dos produtos e serviços. Produtos e serviços com preços mais caros significam alta da inflação. Que justifica aumento da taxa de juros.



Hauly: o que faz o mercado é “lesa-pátria”

De oposição, Hauly foi à tribuna criticar o mercado

Nessa linha, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) foi à tribuna da Câmara na quarta-feira (4) e fez um duro discurso contra o mercado. Hauly não é um deputado governista. Embora moderado, ele está alinhado à oposição. Mas é alguém interessado em ver aprovada a reforma tributária e alavancada a economia. “O Banco

Central se diz independente”, provocou Hauly. “Se é independente, por que ouve o mercado?”, prosseguiu ele. “O que o mercado financeiro está fazendo contra o Brasil é um crime de lesa-pátria, um crime contra a economia popular”, bateu duro. O mercado pintaria uma situação econômica que não é real.

OCDE

Hauly diz ter comparado os principais indicadores do Brasil com os dos 38 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Todos os indicadores do Brasil são melhores que a média dos países da OCDE”, afirma Hauly.

Sabatina

Na quinta-feira (5), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Vanderlan Cardoso (PSD-GO), marcou a sabatina dos três novos diretores do banco para a próxima terça-feira (10) pela manhã. Votando em plenário na tarde da mesma terça a aprovação dos nomes.

Diretores

Fugir da influência é outra questão. Como vimos, vieram do mercado tanto os diretores do BC na era Jair Bolsonaro como agora no governo Lula. No Congresso, ouvem-se de forma velada críticas no PT ao fato de Nilton Davi estar vindo do Bradesco. Mas ninguém irá externar.

Risco?

Há risco de não aprovação? Como dissemos por aqui, a tramitação foi um atropelo. Mas risco, se houver, virá da oposição. E não exatamente por críticas à influência do mercado. Mas para criar problemas para o governo. Ou do Centrão. Aí, para subir o preço do apoio.

Pacote fiscal deve ser aprovado, com mudanças

Ao Correio, especialistas avaliam o que deve ser alterado

Por Gabriela Gallo

Após o plenário da Câmara dos Deputados aprovar o regime de urgência do Projeto de Lei (PL) 4614/2024 e do Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024, que compõem o pacote de gastos proposto pelo governo federal, especula-se como serão firmados os textos no Congresso e quando a Casa votará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024.

A urgência para os dois projetos foi aprovada na noite de quarta-feira (4), horas depois de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmar durante o dia que o governo não tinha votos suficientes. Os projetos foram aprovados com, respectivamente, 267 votos e 260 votos, no limite, portanto, demonstrando a dificuldade do governo, já que eram necessários no mínimo 257 deputados em ambos os textos.

Porém, mesmo que a urgência dos projetos tenha sido aprovada, isso não quer dizer que eles permanecerão da forma como se encontram, visto que há diversos pontos considerados polêmicos em todos os projetos.

Aprovação?

A consultora de Legislativo da BMJ Consultores Associados Letícia Mendes avalia que todos os projetos que envolvem o pacote de gastos serão aprovados ainda neste ano, como prevê o governo. A tramitação de propostas de emenda à constituição costuma gerar mais dificuldades. Contudo, Arthur Lira já informou que irá juntar a PEC 45/24 a outra PEC que já esteja em estágio avançado de tramitação para poder acelerar a sua tramitação.

“A grande dificuldade vai ser a maneira que esse texto vai ser aprovado. O governo vai ter o trabalho de articular sua base. De certa forma [Lira] também vai estar interagindo com as bancadas para trazer à tona porque o tema não interessa somente ao



Urgência passou. Já o pacote exigirá novo empenho do governo

governo, mas também ao próprio Congresso”, disse ao Correio da Manhã.

Já o cientista político Mateus Oliveira não acredita que todas as medidas sejam aprovadas até o final do ano. “Atualmente, o cenário mais otimista mostra a aprovação pelo menos do PL do reajuste do salário-mínimo e do PLP dos gastos tributários neste ano”, avalia, tendo menos crença na possibilidade de aprovação a tempo da PEC dos Gastos. “O governo corre contra o tempo para alterar a regra do salário-mínimo antes do início do ano para evitar ter que corrigir o valor durante o ano vigente. A aprovação, entretanto, vai depender de um entrosamento maior entre Planalto e Parlamento – o que não temos visto até agora”, destacou a reportagem.

O advogado especialista em relações governamentais Isaac Simas destacou que “havendo interesse e vontade do Congresso em aprovar [a PEC], eles vão aprovar”.

“Como fizeram em anos anteriores, porque tinha uma unidade de interesse na aprovação delas. Mas não é exatamente o caso de agora, quando se está mexendo com o interesse de atores diversos”, pontuou.

Questionado pela reporta-

gem, ele destacou que os principais entraves são referentes às emendas parlamentares, à alteração da correção de repasses para o Fundo Constitucional do DF (FCDF) e o limite de adicionais para o teto do funcionalismo público.

O Fundo Constitucional do DF corresponde a quase 40% do orçamento da capital federal. O governo propõe alterar a correção – atualmente corresponde à arrecadação do governo – considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador que mede a inflação no Brasil. O tema enfrenta forte resistência de parlamentares do DF.

“Querendo ou não, pelo Congresso estar no Distrito Federal, se tem uma grande força de lobby do governador, da OAB, dos sindicatos e de órgãos que funcionam com o dinheiro desse fundo, por exemplo o judiciário brasileiro, as polícias. Todos são contra esse tipo de alteração. Isso pode até passar, mas talvez haverá um meio termo entre o formato atual e o que eles estão querendo”, afirmou o advogado.

Judiciário

Outro tema polêmico do pacote fiscal, proposto na PEC,

é a limitação de verbas remuneratórias ao teto do funcionalismo público, hoje em R\$ 44.008,52. A medida visa limitar penduricalhos e benefícios extra-teto a esse valor.

A medida não foi bem recebida pelo poder Judiciário. Como adiantou o Correio da Manhã, na coluna Magnavita, uma nota conjunta de diversas entidades do Judiciário afirmam que “aproximadamente 40% dos magistrados que já preenchem os requisitos para aposentadoria podem optar pela saída imediata caso a PEC seja aprovada, impactando diretamente a magistratura nacional e podendo gerar graves consequências institucionais e sociais”.

Diante disso, especialistas avaliam que as chances da medida ser aprovada são baixas, ou, no mínimo, exigirão uma extensa negociação.

“Quando se mexe com o topo do funcionalismo público as articulações dentro da Casa [Câmara ou Senado] mudam. São categorias que possuem uma interação muito direta com os parlamentares. Pode ser um ponto relevante para poder observar e ter mais dificuldade”, destacou Letícia Mendes.

Governo libera R\$ 7,8 bi em emendas, mas segue problema

Por Gabriela Gallo

Um dos principais entraves em relação ao pacote fiscal no Congresso Nacional e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para 2025 se trata das emendas parlamentares – e a insatisfação de parlamentares com as exigências do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Nesta sexta-feira (6), o governo federal libera R\$ 7,8 bilhões em emendas individuais e de bancada. Os recursos serão pagos por oito ministérios e, do montante que será pago, metade (R\$ 4,1 bilhões) é do Ministério da Saúde.

A liberação, no entanto, não deverá amenizar o ambiente. Ela se refere às emendas que já se encontram nos critérios mais rígidos de transparência e rastreabilidade exigidos por Dino. Mas há ainda outras R\$ 25 bilhões em emenda fora desse critério que o Congresso insiste receber.

Dentre as exigências de Dino para liberar as emendas, que estavam suspensas de agosto, ele determina que as emendas só podem ser executadas após o solicitante ser identificado no Portal da Transparência. Os demais ministros da Corte aprovaram as medidas. Além disso, o magistrado determinou que as emendas



Falta de acordo sobre emendas dificulta vida de Lula

voltadas para a saúde precisam ser aprovadas por uma comissão tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo gestor federal e as emendas Pix precisarão ter um plano de trabalho.

Burocracias

Diversos congressistas divergem do que foi solicitado, alegando que as medidas gerarão uma série de burocracias que. Deputados e senadores consideram que a lei sancionada já garantia os critérios de transparência e rastreabilidade, que eram a exigência inicial do STF.

Nessa linha, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com

um recurso no Supremo solicitando que a Corte reconsidere parcialmente as medidas.

Enquanto o governo se desdobra com o Legislativo quanto às emendas, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso finaliza o relatório final para o orçamento de 2025. Juntando todas as proposições das comissões permanentes do Senado, soma-se uma despesa de mais de R\$ 48 bilhões de emendas, que serão analisadas pelo relatório geral do Orçamento, senador Angelo Coronel (PSD-BA).

Bloqueio

Além das exigências de Flá-

vio Dino, o advogado Isaac Pereira Simas lembrou que um trecho do Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024 pode gerar problemas entre os parlamentares com o governo. O trecho autoriza ao poder Executivo bloquear e contingenciar emendas parlamentares até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias – ambos limitadas a 15% do valor. A medida desagradou parlamentares já que a recente Lei Complementar 210/2024, que altera as regras de transferência das emendas parlamentares, estabelecia o contingenciamento dos recursos, mas não o bloqueio.

“O Congresso Nacional teve nos últimos anos um aumento exponencial do poder sobre o orçamento”, avalia o advogado. E disso, completa, não irá abrir mão. “Eu acho muito difícil o Congresso aceitar a trava que foi imposta”, declarou.

“É preciso levar em consideração também a questão dos prefeitos. Porque muitos dos prefeitos foram reeleitos por conta desse empoderamento orçamentário do Congresso. Então, não faz muito sentido eles votarem a favor disso. O próprio Congresso não deve votar um freio a esse poder que conquistou”.